

# Órgãos acionam Justiça contra o Rio por descaso com povo de rua

MPF, DPU e DPRJ cobram ações da prefeitura por apoio a população mais vulnerável

Tânia Rêgo/Agência Brasil

Por Paula Vieira

O Ministério Público Federal (MPF), a Defensoria Pública da União (DPU) e a Defensoria Pública do Estado (DPRJ) se reuniram para cobrar ações da Prefeitura do Rio. Os órgãos entraram com um pedido urgente na Justiça para que o município cumpra regras de proteção à população em situação de rua. A ação tem apoio federal e denuncia o descaso da administração municipal com esse grupo social vulnerável.

Assinada pelo procurador Julio Araujo e por defensores, a petição aponta que o Rio ignora ordens do Supremo Tribunal Federal (STF). O tribunal reconheceu que essas pessoas vivem em situação de desrespeito aos direitos básicos, o “estado de coisa inconstitucional”. A Prefeitura não criou o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento (Ciamp-Rua) para o aprimoramento de políticas públicas, mesmo com a exigência pela lei municipal desde 2018. O MPF alega que sem o grupo, não há diálogo entre entes federativos e sociedade civil, nem monitoramento real.

Os órgãos pedem que a Justiça dê 30 dias para a Prefeitura criar o comitê e 60 dias para um plano de trabalho. O plano deve proibir



Procuradoria do Município afirma que estava em tratativas com o MPRJ para atualizar o TAC

que agentes recolham à força os pertences dos moradores, como colchões e documentos. Também deve dar fim à chamada “arquitetura hostil”, como pedras ou espetos em calçadas para impedir que as pessoas sentem ou durmam. Outro ponto é que o município use de vez os recursos federais disponíveis no “Plano Ruas Visíveis” para sanar o problema.

A situação é alarmante segundo dados de auditorias. O Tribunal de Contas do Município (TCM/RJ) revelou que a

Prefeitura não entregou 75% das vagas de acolhimento prometidas no plano plurianual. Além disso, o orçamento da área sofreu um corte de 61% em 2023, restando pouco mais de 550 mil reais. Segundo o MPF, atualmente, a cidade tem mais de 7 mil pessoas nas ruas, mas a rede municipal só oferece 2.688 vagas. Assim, muitos cidadãos seguem sem abrigo ou assistência básica.

Por regras técnicas, o Rio deveria ter 34 unidades do Centro de Referência de Assistência So-

cial (CREAS), mas conta com apenas 14. Existem somente dois Centros Pop para toda a capital e uma única central de recepção 24 horas, que fica na Ilha do Governador, local distante de onde a maioria dos moradores de rua se encontra, dificultando o acesso de quem busca por ajuda de forma voluntária.

Em resposta, a Procuradoria do Município (PGM) informou que ainda não foi notificada e que o Plano Ruas Visíveis não foi homologado pelo Supremo

Tribunal Federal na ADPF 976, enfatizando que há pedido do MPF para a criação de um grupo de trabalho com representantes do Ministério Público e da DPU para análise do plano. A entidade enfatiza que já conversava com o MPRJ para atualizar o TAC referente ao tema, vigente há mais de 10 anos. O município garante que se manifestará no processo assim que receber a notificação judicial.

A Secretaria Municipal de Assistência Social declarou que, em 2025, foram criadas 510 novas vagas para atendimento à população em situação de rua e outras 75 vagas serão abertas no primeiro trimestre de 2026. “Sobre os CREAS, em 2025, a SMAS implantou o Prontuário Eletrônico nas 13 unidades e modernizou o atendimento para garantir o histórico de atendimento dos usuários na base de dados da secretaria. Com a digitalização, foi iniciado um estudo para avaliar a necessidade de novas unidades. Neste mês, também entrou em funcionamento a Central Única de Regulação de Vagas para Adultos, Pessoas Idosas e Famílias, que organiza, em sistema único e com atualização diária, a distribuição das vagas de acolhimento no município, com mais transparência e agilidade”, concluiu.

## Prevenção e resposta emergencial ao clima

Por Redação

Após dias de intenso calor, a temperatura começa a abaixar no Rio de Janeiro. Apesar de um pouco mais de frescor nos próximos dias, também há previsão de chuvas. Com isso, os moradores já entram em alerta devido aos alagamentos e bolsões d'água. Para reduzir os danos e aumentar a agilidade no atendimento a pontos críticos, a Prefeitura do Rio começou a utilizar, nesta quarta-feira (14), motocicletas com apoio às ações de prevenção e resposta emergencial. A iniciativa é coordenada pela secretaria municipal de Conservação e Serviços Público e integra a Operação Abre Ralo.

“Esse é um sistema de prevenção e ação emergencial. No tempo seco, as motos farão a vistoria e a identificação de ralos crônicos. Identificados, eles passam para a Comlurb fazer a primeira limpeza. Se algum bueiro estiver quebrado, a Conservação atua

também. Na ação emergencial durante as chuvas, eles são previamente avisados para estarem nas bases operacionais em todas as zonas para um acesso mais rápido aos pontos de alagamento. Com esse serviço, um problema que poderia levar uma hora para ser solucionado, conseguimos resolver em 10, 20 minutos”, afirmou o secretário de Conservação e Serviços Públicos, Diego Vaz.

Serão dez motocicletas equipadas com ferramentas específicas para a desobstrução de ralos e bueiros, integrando a estratégia operacional da Prefeitura. Para garantir a reposta rápida, as equipes são acionadas diretamente pelo Centro de Operações e Resiliência (COR-Rio), seguindo os protocolos determinados pela Secretaria de Conservação.

As vistorias em tempo seco acontecerão em pontos mapeados com histórico de alagamentos e ocorrerão das 18h às 22h. A Comlurb será acionada quando as intervenções necessitarem de

limpeza e remoção de resíduos sólidos. A Secretaria de Conservação atuará em casos de comprometimento da drenagem, prometendo solucionar o problema em até 24 horas.

Durante períodos de chuvas intensas, as motos ficarão em plantão todos os dias por 24h, distribuídas estrategicamente pela cidade, para solucionar problemas em menos de uma hora, auxiliando no escoamento da água. As equipes receberam treinamento específico para este tipo de operação e passaram por testes. Segundo a pasta, mais de 40 endereços foram vistoriados no último plantão e a meta é realizar ao menos 60 vistorias diárias.

Em 2025, foram limpas mais de 63 mil caixas de ralo e 21 mil poços de visita, totalizando 91 quilômetros de rede de drenagem atendidas. Com as ações, a Prefeitura espera ampliar a capacidade de resposta da cidade aos eventos climáticos e promover mais segurança para a população.

Fabio Motta/Prefeitura do Rio



A iniciativa integra a Operação Abre Ralo e amplia a agilidade